

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº. 1.00556/2018-97

Requerente: Fernando Collor de Mello

Requerido: Membro do MPF Rodrigo Janot Monteiro de Barros

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. SUPOSTAS INFRAÇÕES DISCIPLINARES DECORRENTES DO FATOS COMETIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE MANDATO COMO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. INSINDICABILIDADE NA ESFERA DISCIPLINAR DO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA. REITERAÇÃO DE ACUSAÇÕES REALIZADAS NOS AUTOS DA RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 715/2015, JÁ ARQUIVADA POR ESTE CONSELHO NACIONAL. COISA JULGADA. INVIABILIDADE NO PROSSEGUIMENTO DA PRESENTE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. ARQUIVAMENTO, COM FUNDAMENTO NO ART. 18, INCISO IV, DO RICNMP.

## MANIFESTAÇÃO

*Excelentíssimo Corregedor Nacional do Ministério Público:*

### I – RELATÓRIO

Trata-se de reclamação disciplinar instaurada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público após provocação pelo Senador da República Fernando Collor de Mello, para apurar possível cometimento de infrações disciplinares pelo ex-Procurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

O reclamante imputa ao membro reclamado a prática dos seguintes fatos que, em tese, poderiam trazer repercussão na esfera disciplinar:

- 1) Supostas irregularidades em procedimento de dispensa de licitação para a locação de imóvel situado no Lago Sul, Brasília/DF;
- 2) Alegadas irregularidades em dispensa de licitação para a contratação de empresa para prestar serviços de comunicação;
- 3) Nomeação de um dos sócios da empresa mencionada no item “2” acima para o exercício de cargo em comissão de diretor;
- 4) Exercício ilegal da advocacia;

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 5) Violação de sigilo funcional, com o vazamento de informações sigilosas da operação Lava Jato;
- 6) Escolha seletiva de alvos da operação Lava Jato;
- 7) Quebra de decoro pessoal, em razão de ações para sua auto promoção.

Após distribuição, vieram os autos conclusos para análise.

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Após detida análise dos autos, verifica-se que o arquivamento do presente feito é medida que se impõe, pelas seguintes razões.

### **Insindicabilidade do PGR na Esfera Disciplinar pelo CNMP**

Primeiramente, há que se ponderar que a apuração dos fatos objeto desta reclamação disciplinar esbarraria em obstáculo intransponível, qual seja a insindicabilidade na esfera disciplinar do Procurador-Geral da República pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

No caso em tela, verifica-se que os fatos imputados ao membro reclamado Rodrigo Janot ocorreram no período em que o mesmo ocupava o cargo de Procurador-Geral da República. Assim, a investigação de tais episódios ultrapassaria os limites da atribuição disciplinar do Conselho Nacional do Ministério Público, já que não compete a este Conselho a análise de questões relativas ao exercício funcional ou ao padrão comportamental do Chefe do Ministério Público da União. Tampouco tal análise pode ser realizada em relação ao Corregedor Nacional do Ministério Público e aos demais Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Em primeiro lugar, porque o Procurador-Geral da República exerce cumulativamente as funções de Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Chefe do Ministério Público da União e Chefe do Ministério Público Federal.

Nesse particular, há que se destacar que os Conselheiros integrantes deste órgão colegiado não se encontram sujeitos às atividades disciplinares do órgão integrado por eles, uma vez que se encontram submetidos a regime disciplinar próprio, com julgamento pelo Senado Federal na hipótese de cometimento de crime de responsabilidade.



CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Sobre o assunto, cumpre transcrever o teor do art. 52, inciso II, da CRFB/1988:

*“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:*

*(...)*

*II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;”*

Reforçando tal conclusão, o Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público prevê, em seu artigo 29<sup>1</sup>, quais seriam as hipóteses para a perda do cargo de seus integrantes e o rito a ser observado para a adoção desta medida, sendo certo que inexistente qualquer tipo de previsão ou regulamentação de procedimento para a apuração de infrações dos Conselheiros na seara administrativa disciplinar.

Assim, considerando que o RICNMP prevê as hipóteses de perda de cargo dos membros do Conselho Nacional, mas não prevê qualquer rito para a sua responsabilização na esfera disciplinar, é inafastável a conclusão de que se trata de caso de silêncio eloquente, tendo sido afastada a possibilidade de sindicância dos integrantes do Conselho pelo colegiado no âmbito disciplinar.

Diante de tais ponderações, é forçoso concluir pela inviabilidade do exercício da atividade sancionatória-disciplinar do Conselho Nacional do Ministério Público em relação a qualquer um de seus integrantes, o que evidentemente se estende ao ocupante da Presidência do Conselho, bem como ao Corregedor Nacional e aos demais Conselheiros. Vale dizer: são insindicáveis sob a ótica disciplinar os atos praticados pelo Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Corregedor Nacional do Ministério Público e pelos demais Conselheiros.

Trata-se, inclusive, de entendimento adotado pelo Conselho Nacional do Ministério Público nos autos do recurso interno nº 0.000.000715/2015-57, especificamente em relação aos atos do Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do v. acórdão transcrito a seguir. Neste particular, faz-se necessário ponderar que tal raciocínio evidentemente se estende aos demais integrantes deste órgão colegiado. Confirma-se *in verbis* o julgado:

<sup>1</sup> Art. 29. O Conselheiro perderá o mandato em razão de:

*I – condenação, pelo Senado Federal, por crime de responsabilidade;*

*II – condenação judicial, por sentença transitada em julgado, nas infrações penais comuns;*

*III – alteração na condição que legitimou sua indicação ao cargo ou superveniência de incapacidade civil.*



CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
**“RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. RECURSO INTERNO. PRELIMINAR.  
IRRECORRIBILIDADE. NÃO ACOLHIMENTO. JULGAMENTO PGR  
PELO CNMP. ILÍCITOS FUNCIONAIS. NÃO POSSIBILIDADE.  
AUSÊNCIA REGIME DISCIPLINAR. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.  
SIMETRIA CNJ. INCOMPETÊNCIA CNMP. IMPROVIMENTO**

1. *Recurso Interno contra decisão do Corregedor Nacional que reconheceu a incompetência do CNMP para sindicatar atos do Procurador-Geral da República.*
2. *Pedido para investigação de autoridade que, indeferido liminarmente, constitui violação do direito de petição, tornando o julgado passível de revisão pelo Plenário.*
3. *Condição de Conselheiro inerente ao Procurador-Geral da República que obsta a investigação pelo próprio Colegiado, dada a ausência de regime administrativo disciplinar previsto em lei.*
4. *Simetria com a magistratura que afasta a apuração de ilícitos funcionais do PGR pelo CNMP, assim como os atos dos Ministros do STF estão alheios à sindicatção no CNJ.*
5. *Autoridade questionada que, na República, presta conta de sua conduta em instâncias constitucionais diversas deste Colegiado.*
6. *Improvemento do Recurso Interno.”*

(Recurso Interno nº 0.000.000715/2015-57 – Relator Conselheiro Fábio Bastos Stica – Julgado em 15/12/15 – Recorrente: Fernando Collor de Mello – Recorrido: Claudio Henrique Portela do Rego (Corregedor Nacional))

Adicionalmente à insindicabilidade disciplinar pela Corregedoria Nacional dos atos praticados pelos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, deve-se acrescentar que os atos praticados pelo ocupante da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público são insindicáveis também porque há o exercício simultâneo da função de Procurador-Geral da República. Assim, mesmo que o Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público não tivesse prerrogativa nenhuma, seus atos seriam insindicáveis, na esfera disciplinar, em razão de sua condição de Procurador-Geral da República.

Isto porque o Procurador-Geral da República se encontra submetido a regime próprio de apuração e responsabilização de seus atos na esfera funcional, conforme previsto no art. 128, § 2º, da CRFB/1988<sup>2</sup>.

Dando concretude a tal dispositivo constitucional, a Lei nº 1079/1950 tipifica em seu artigo 40 quais condutas configurariam a prática de crime de responsabilidade pelo Procurador-Geral da República, dispondo textualmente o seguinte:

*Art. 40. São crimes de responsabilidade do Procurador Geral da República:*

<sup>2</sup> § 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.



CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- 1 - emitir parecer, quando, por lei, seja suspeito na causa;
- 2 - recusar-se a prática de ato que lhe incumba;
- 3 - ser patentemente desidioso no cumprimento de suas atribuições;
- 4 - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decôro do cargo.

Verifica-se que diversas das condutas tipificadas como crime de responsabilidade pela Lei nº 1079/1950 se assemelham a infrações de natureza disciplinar. Tal circunstância confirma a não submissão do Procurador-Geral da República ao regime administrativo disciplinar dos demais membros do Ministério Público Brasileiro, eis que tais condutas são passíveis de punição na esfera política, após julgamento pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso II da CRFB/1988<sup>3</sup>.

Sobre a insindicabilidade do Procurador-Geral da República pelo Conselho Nacional do Ministério Público na esfera disciplinar, há que se colacionar o entendimento de Emerson Garcia<sup>4</sup>, *in verbis*:

*“Em questões afetas ao exercício funcional e ao padrão comportamental por ele desenvolvido no âmbito institucional, somente restará a responsabilização política (excluindo-se os planos cível e criminal, que alcançam todo e qualquer agente público), a ser promovida no âmbito do Poder Legislativo.”*

Por oportuno, cumpre destacar que a insindicabilidade disciplinar dos atos praticados por ocupante do cargo de Procurador-Geral da República, na condição de Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como dos demais integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público, dentre eles o Corregedor Nacional do Ministério Público e os demais Conselheiros, durante o exercício do cargo, deve permanecer mesmo após o término de seu mandato.

Isto porque tal providência não é endereçada à pessoa que ocupa tais cargos, mas sim à relevância do exercício de tais funções públicas, razão pela qual a insindicabilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público, na esfera disciplinar, dos atos e das condutas praticados por tais agentes políticos permanece mesmo após eles terem deixado os seus cargos.

<sup>3</sup>Art. 52. *Compete privativamente ao Senado Federal:*

(...)

*II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;*

<sup>4</sup> GARCIA, Emerson, “*Ministério Público: Organização, atribuições e regime jurídico*”, Editora Saraiva, 5ª Edição, págs. 234/235.

#### CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Diante de tais constatações, há que se reconhecer a desnecessidade e a inviabilidade do prosseguimento da presente reclamação disciplinar, em razão da insindicabilidade dos atos, na esfera disciplinar, praticados por ocupantes – ou ex-ocupantes – dos cargos de Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedor Nacional do Ministério Público ou Conselheiro, por atos praticados durante o seu exercício.

#### **Coisa Julgada**

Não bastasse a insindicabilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sob a ótica disciplinar, dos atos praticados durante o exercício do cargo pelo Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedor Nacional do Ministério Público ou outros Conselheiros, há outra barreira infestável à análise dos fatos narrados pelo reclamante na petição inicial.

Nesse sentido, cumpre destacar que a presente Reclamação Disciplinar é mera repetição, com pequenas alterações de redação, da Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000715/2015-57, já arquivada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público. Ressalte-se, ademais, que a decisão de arquivamento foi objeto de recurso inominado, tendo sido mantida à unanimidade pelo Plenário.

Assim, considerando que todas as questões fáticas deduzidas pelo reclamante neste feito foram objeto de Reclamação Disciplinar já arquivada, verifica-se que ocorreu o fenômeno da coisa julgada, não se admitindo a reabertura de discussão sobre fatos já apreciados pela Corregedoria Nacional do Ministério Público e pelo Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público.

#### **III – CONCLUSÃO**

Ante o exposto, propõe-se o seguinte:

- a) considerando a inviabilidade do prosseguimento da presente reclamação disciplinar, o seu arquivamento na forma do art. 18, inciso IV, do RICNMP;
- b) a cientificação da parte reclamante, Senador da República Fernando Collor de Mello, e do Plenário a respeito da presente decisão; e
- c) no instrumento para a cientificação da parte reclamante, deve constar expressamente o alerta sobre o descabimento da interposição do recurso de embargos de

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

declaração contra a decisão monocrática de arquivamento do Corregedor Nacional;

d) após o trânsito em julgado, o encaminhamento dos autos à Presidência do CNMP.

Leonardo Yukio D. S. Kataoka  
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público

Afonso de Paula Pinheiro Rocha  
Coordenador Disciplinar Substituto da Corregedoria Nacional do Ministério Público

José Augusto de Souza Peres Filho  
Coordenador Disciplinar Substituto da Corregedoria Nacional do Ministério Público

Rafael Schwez Kurkowski  
Coordenador Disciplinar da Corregedoria Nacional do Ministério Público